

Proposta tributária do governo recebe críticas do setor empresarial

por Fernando Canzian
de São Paulo

*4 SET 1989
GAZETA MERCANTIL

O setor empresarial recebeu com críticas o pacote tributário enviado pelo governo ao Congresso na quinta-feira passada com vistas a equilibrar o orçamento da União no próximo ano. O novo pacote, se aprovado, deverá aumentar a arrecadação do governo em US\$ 6 bilhões, através de aumentos de impostos sobre o mercado financeiro, agricultura, microempresas, exportadores e contribuições do Finsocial, entre outros.

"O aumento da tributação vai aumentar também os custos das empresas e dos setores envolvidos. O resultado disso será mais inflação, pois as empresas passarão a colocar o aumento da tributação na composição dos seus preços", afirma Horácio Cherkassky, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Papel e Celulose.

"Não existe no governo a preocupação de reduzir despesas, apenas a de aumentar receitas a qualquer custo", diz Sebastião Burbulhan, presidente do departamento de assistência à pequena e média indústria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

"Taxar as microempresas, como pretende o governo, é o mesmo que fugar um peixe sem deixar que ele engula a isca. Primeiro o governo oferece uma série de incentivos para que as pessoas abram empresas. E de um hora para a outra acaba com eles. Não é coerente ficar mudando as regras assim", diz Burbulhan.

REDUZIR INCENTIVOS

"A redução dos incentivos fiscais poderia ter sido maior", avalia Eurico Korff, consultor para assuntos de finanças públicas da Fiesp. Korff afirma que o governo poderia resolver



Horácio Cherkassky

o problema do seu déficit público apenas cortando incentivos, e não através do aumento de impostos cobrados dos setores produtivos.

"Atualmente 6% do PIB corresponde aos incentivos fiscais do governo. O déficit público é da ordem de 3% do PIB. Se os incentivos fossem cortados pela metade o problema já estaria resolvido", diz Korff. Pelo pacote do governo, o corte dos incentivos deverá somar NCz\$ 950 milhões.

"O setor produtivo e o comércio deveriam ser deixados em paz", afirmou Giulio Lattes, diretor da Associação Brasileira de Comércio Exterior (AEB). "Não se pode, por exemplo, aumentar o imposto sobre os exportadores sem mexer na taxa de câmbio."

"O governo só toma medidas pelo lado mais fácil, ao invés de diminuir suas despesas", diz Lattes. Ele achou acertada, no entanto, a decisão de aumentar a tributação sobre as operações no mercado financeiro. "É um setor que está ganhando", analisa.

"O governo deveria fiscalizar a arrecadação dos impostos que já existem, e não ficar criando tributos novos", diz Bernardino Pimentel Mendes, diretor da empresa de consultoria Azevedo & Travassos. "Novos impostos só estimulam o aumento da sonegação."